



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil, às onze horas e dez minutos, realizou-se a Segunda Sessão Extraordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sob a Presidência do Excelentíssimo Ministro Presidente Wagner Pimenta, presentes os Excelentíssimos Ministros Almir Pazzianotto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Armando de Brito, Valdir Righetto, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Gelson de Azevedo, Barros Levenhagen e Ives Gandra Filho, o Excelentíssimo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor João Batista Brito Pereira, e a Diretora-Geral de Coordenação Judiciária, Doutora Luzia de Andrade Costa Freitas. Deixaram de comparecer à sessão os Excelentíssimos Ministros José Luiz Vasconcellos e Francisco Fausto, por motivos previamente justificados. Havendo *quorum*, o Excelentíssimo Ministro Wagner Pimenta declarou abertos os trabalhos e cumprimentou os presentes, consignando a premência da discussão sobre modificações no Ato Regimental nº 5, aprovado pela Resolução Administrativa nº 667/99. Debatida a matéria, foram estabelecidas alterações referentes aos arts. 3º, 4º e 10º, tendo o Colegiado aprovado, por maioria absoluta, vencido o Excelentíssimo Ministro Armando de Brito, a Resolução Administrativa assim registrada: "**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 686/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.^{mo} Ministro Wagner Pimenta, presentes os Ex.^{mos} Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Armando de Brito, Valdir Righetto, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Gelson de Azevedo, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra da Silva Martins Filho o Ex.^{mo} Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. João Batista Brito Pereira, R E S O L V E U, observadas as exigências regimentais, introduzir modificações no Ato Regimental nº 5, aprovado pela Resolução Administrativa nº 678/2000, a seguir transcritas: Art. 1º - O Tribunal Superior do Trabalho, órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, com sede na Capital da República, tem jurisdição em todo o Território Nacional. Art. 2º - São Órgãos do Tribunal Superior do Trabalho: I - Tribunal Pleno; II - Seção Administrativa; III - Seção Especializada em Dissídios Coletivos; IV - Seção Especializada em Dissídios Individuais, dividida em Subseção 1 e Subseção 2; V - As 5 (cinco) Turmas; VI - Presidência; VII - Corregedoria-Geral; VIII - Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Art. 3º - Compete ao Tribunal Pleno: I - Em matéria judiciária: a) decidir sobre declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, quando aprovada a arguição pelas Seções Especializadas ou Turmas; b) aprovar, modificar ou revogar enunciado da Súmula da Jurisprudência predominante em Dissídios Individuais e os Precedentes Normativos em Dissídios Coletivos; c) julgar os incidentes de uniformização da jurisprudência em Dissídios Individuais; d) julgar processos em que se tenha caracterizado divergência, pela inclinação dos julgadores, entre as Subseções 1 e 2 da Seção de Dissídios Individuais, à luz de precedentes, na interpretação de dispositivo legal ou quando uma das Subseções se inclinar por

decidir contra os seus próprios precedentes reiterados ou quando o recomendar a relevância da matéria em apreciação, observada, quanto ao procedimento, a Resolução Administrativa nº 656/99; e) processar e julgar as reclamações alusivas à matéria de sua competência; f) julgar mandado de segurança impetrado contra atos do Presidente ou de qualquer Ministro do Tribunal, ressalvada a competência das Seções Especializadas; g) julgar os recursos interpostos de decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho em mandado de segurança de interesse de juizes e servidores da Justiça do Trabalho; h) julgar os recursos interpostos de decisão em matéria de concurso para a magistratura do trabalho; i) julgar agravos regimentais interpostos contra decisões proferidas pelo Corregedor-Geral; j) deliberar sobre as demais matérias jurisdicionais não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal. II - Em matéria administrativa: a) eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral, os Membros da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho e os das Comissões previstas neste Regimento; b) aprovar e emendar o Regimento Interno, o Regimento da Corregedoria-Geral, o Regulamento Geral da Secretaria e o Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; c) opinar sobre propostas de alterações da legislação trabalhista, inclusive processual, quando o Tribunal tiver que se manifestar oficialmente; d) decidir sobre a composição, a competência, a criação ou a extinção dos órgãos do Tribunal; e) propor ao Legislativo a criação, extinção ou modificação de Tribunais Regionais do Trabalho e de Varas do Trabalho, bem assim a alteração de jurisdição e de sede destes, quando solicitadas por Tribunal Regional do Trabalho; f) propor ao Legislativo a criação e extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos; g) escolher, mediante escrutínio secreto e pelo voto da maioria absoluta dos seus membros efetivos, os Juizes de Tribunal Regional para substituir temporariamente Ministro do Tribunal; h) escolher os integrantes das listas para preenchimento das vagas de Ministro do Tribunal; i) aprovar a lista dos admitidos na Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; j) aprovar as tabelas de custas e emolumentos, nos termos da lei; l) nomear, promover, demitir e aposentar servidores do quadro; m) aprovar as tabelas de gratificações de representação do Tribunal; n) conceder licença, férias e outros afastamentos aos Membros do Tribunal; o) fixar e rever as diárias e as ajudas de custo do Presidente, dos Ministros e servidores do Tribunal; p) designar comissões, respeitada a competência das comissões oficiais, aprovar as instruções e a classificação final dos candidatos nos concursos para provimento dos cargos do Quadro do Pessoal do Tribunal; q) baixar instruções do concurso para provimento dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto;

Parágrafo Único: O *quorum* para funcionamento do Tribunal Pleno é de 12 (doze) ministros, ressalvadas outras exigências de número mínimo de funcionamento, contidas na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Art. 4º - Compete à Seção Administrativa: a) julgar os recursos de decisões ou atos do Presidente do Tribunal em matéria administrativa; b) julgar os recursos interpostos das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho em matéria administrativa, desde que demonstrada pelo recorrente a conveniência e a necessidade do exame da legalidade embasadora do ato; c) deliberar sobre as demais matérias administrativas não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal; d) Quando a Seção Administrativa inclinar-se por decisão que conflite com a já adotada pelo Tribunal Pleno, o julgamento será suspenso e transferido para este, mantido, se possível, o mesmo relator. Art. 5º - A Seção Administrativa compõe-se de 7 (sete) Ministros, devendo ser integrada pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral, pelos dois Ministros mais antigos e por dois Ministros eleitos pelo Tribunal Pleno. **Parágrafo Único:** O *quorum* para funcionamento da Seção Administrativa é de 5 (cinco) ministros. Art. 6º - À Seção Especializada em Dissídios Coletivos compete: I - Originariamente: a) julgar os Dissídios Coletivos de natureza econômica e jurídica, as Ações Cíveis Públicas e as Ações decorrentes de laudo arbitral que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever suas próprias sentenças normativas, nos casos previstos em lei; b) homologar as conciliações celebradas nos dissídios coletivos; c) julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças

normativas; d) julgar os mandados de segurança contra os atos praticados pelo Presidente do Tribunal ou por qualquer dos Ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos; e) julgar os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo; f) processar e julgar as medidas cautelares incidentais nos processos de dissídio coletivo; g) processar e julgar as ações em matéria de greve, quando o conflito exceder a jurisdição de Tribunal Regional do Trabalho. II - Em última instância, julgar: a) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica; b) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em conflitos decorrentes de ações civis públicas e de laudo arbitral; c) os recursos ordinários interpostos contra decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em ações rescisórias e mandados de segurança pertinentes a Dissídios Coletivos e a Direito Sindical; d) os embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime proferida em processo de dissídio coletivo de sua competência originária, salvo se a decisão atacada estiver em consonância com precedente normativo do Tribunal Superior do Trabalho ou da Súmula de sua jurisprudência predominante; e) os agravos regimentais pertinentes aos dissídios coletivos; f) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário nos processos de sua competência. Art. 7º - A Seção Especializada em Dissídios Coletivos compõe-se de 9 (nove) Ministros, devendo ser integrada pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral e pelos seis Ministros mais antigos do Tribunal. § 1º - Os Ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos integrarão também outras Seções do Tribunal. § 2º - O *quorum* para funcionamento da Seção de Dissídios Coletivos é de 5 (cinco) ministros. Art. 8º - A Seção Especializada em Dissídios Individuais é dividida em duas Subseções. § 1º - A Subseção 1, que funcionará com o *quorum* de 5 (cinco) julgadores, compõe-se de 9 (nove) Ministros, devendo ser integrada pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral, pelos Presidentes de Turma e por dois Ministros integrantes das Turmas, competindo-lhe julgar: a) os embargos interpostos das decisões divergentes das Turmas, ou destas com decisão da Seção de Dissídios Individuais ou com enunciado da Súmula e as que violarem literalmente preceito de lei federal ou da Constituição da República; b) os agravos regimentais de despachos denegatórios proferidos pelos relatores, em matéria de embargos, na forma estabelecida neste Regimento. § 2º - A Subseção 2, que funcionará com o *quorum* de 6 (seis) julgadores, compõe-se de 11 (onze) Ministros, devendo ser integrada pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral e por mais 8 (oito) Ministros integrantes das Turmas, competindo-lhe julgar: I - Originariamente: a) as ações rescisórias propostas contra suas decisões e as das Turmas do Tribunal; b) os mandados de segurança contra os atos praticados pelo Presidente do Tribunal ou por qualquer dos Ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nos processos de sua competência. II - Em única instância: a) os agravos regimentais interpostos contra despacho exarado em processo de sua competência; b) os conflitos de competência entre Tribunais Regionais e aqueles que envolvem Juízes de Direito investidos da jurisdição trabalhista e Varas do Trabalho em processos de dissídios individuais. III - Em última instância: a) os recursos ordinários interpostos contra decisões dos Tribunais Regionais em processos de dissídio individual de sua competência originária; b) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário em processo de sua competência. Art. 9º - Às Turmas compete julgar: a) recursos de revista interpostos de decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho nos casos previstos em lei; b) agravos de instrumento dos despachos de Presidente de Tribunal Regional que denegarem seguimento a recurso de revista; c) agravos regimentais interpostos contra despachos dos relatores que negarem prosseguimento a recurso, nos termos da lei e deste Regimento. Art. 10 - As Turmas, em número de cinco, compõem-se, cada uma, de 3 (três) julgadores, presididas pelo Ministro mais antigo, devendo funcionar sempre com *quorum* integral. § 1º - O Ministro que se afastar, eventualmente, ou por menos de 30 (trinta) dias, será substituído por Ministro

de outra Turma ou Juiz Convocado de Tribunal Regional, para composição de quorum, por convocação do Presidente da Turma; § 2º - Os Juízes Convocados na forma da Resolução Administrativa nº 379/97 substituirão os Ministros afastados nas condições do parágrafo anterior, nas Turmas que integrarem; § 3º - Os Ministros afastados por mais de 30 (trinta) dias serão substituídos na forma do art. 118 da Lei Complementar nº 35. Art. 11 - Os Ministros integrantes da Seção Administrativa e da Seção de Dissídios Coletivos terão compensados, na Seção de Dissídios Individuais, processos em número equivalente aos que lhes tenham sido distribuídos naquelas Seções. Disposições Transitórias - Art. 12 - Fica preservada a competência residual do Tribunal Pleno em relação aos processos já distribuídos na data da aprovação da presente resolução. Art. 13 - Os atuais ministros, integrantes da Seção de Dissídios Coletivos, poderão optar, segundo a ordem das respectivas antiguidades, por integrar a Subseção 1 ou a Subseção 2 da Seção de Dissídios Individuais. Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as contidas no Regimento Interno e aquelas do Ato Regimental nº 5, aprovado pela Resolução Administrativa nº 678/2000, entrando em vigor o presente ato na data da publicação, no Diário da Justiça, das novas composições dos Órgãos." Na seqüência, o Colegiado deliberou sobre as alterações nas denominações das funções comissionadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, aprovando a Resolução Administrativa que se segue: "**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 687/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.^{mo} Ministro Wagner Pimenta, presentes os Ex.^{mos} Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Armando de Brito, Valdir Righetto, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Gelson de Azevedo, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra da Silva Martins Filho o Ex.^{mo} Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. João Batista Brito Pereira, acolhendo proposta do Ex.^{mo} Ministro Presidente, RESOLVEU, por unanimidade, nos termos dos arts. 9º, 18 e 19, Inciso II, Lei nº 9.421/96, alterar as denominações das funções comissionadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho na forma a seguir transcrita: Art. 1º Ficam alteradas as denominações das funções comissionadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho na forma do Anexo I desta Resolução Administrativa. Art. 2º Ficam estabelecidos, na forma do Anexo II desta Resolução Administrativa, os requisitos para exercício e as atribuições das funções comissionadas de níveis 1 a 5 do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Art. 3º As funções comissionadas de níveis 1 a 5 serão preenchidas no mínimo em 85% (oitenta e cinco por cento) do quantitativo por servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Parágrafo único. O exercício das funções comissionadas de que trata o *caput* por servidores requisitados condiciona-se à vinculação concomitante no órgão de origem a cargo de provimento efetivo. Art. 4º Nos Gabinetes de Ministro e Secretarias de Turma, respectivamente, três e duas funções de Assistente 5 são privativas de bacharéis em Direito. Parágrafo único. Os ocupantes de funções comissionadas de Secretaria de Turma de que trata o *caput* deste artigo prestarão serviços diretamente ao Gabinete do Presidente da Turma. Art. 5º As funções comissionadas de níveis 8 e 9 são privativas de portadores de diploma de curso superior compatível com as atribuições da respectiva função ou de ocupantes de cargo de Analista Judiciário. § 1º As funções comissionadas de Diretor de Secretaria de Órgãos Judicantes, de Diretor da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de Diretor da Secretaria de Distribuição, de Chefe de Gabinete de Ministro ou das Diretorias-Gerais, de Assessor de Ministro, de Assessor das Comissões Permanentes de Jurisprudência e de Precedentes Normativos, de Diretores das Subsecretarias de Jurisprudência e Precedentes Normativos, de Cadastramento Processual, de Classificação e Autuação de Processos ou de Recursos, e de Diretor do Serviço de Contratos Administrativos ou de Legislação de Pessoal são privativas de bacharel em Direito. § 2º Duas funções de Assessor em cada Diretoria-Geral são

privativas de portadores de diploma de bacharel em Direito. § 3º Permanecem inalteradas as disposições do Regimento Interno e Regulamento Geral que estabelecem requisitos para o exercício de funções comissionadas não tratadas neste Ato. Art. 6º As funções comissionadas de Diretor de Serviço ou de Subsecretaria serão providas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal. Art. 7º Em cada Diretoria-Geral, no mínimo, duas funções de Assessor serão preenchidas por servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Art. 8º As disposições contidas nesta Resolução Administrativa aplicam-se aos substitutos dos titulares de função comissionada. Art. 9º Ficam mantidas as situações constituídas até a data de publicação da presente Resolução Administrativa. Parágrafo único. Os servidores requisitados em exercício de funções comissionadas de nível 1 a 5 no Tribunal, sem vinculação no órgão cedente a cargo de provimento efetivo, deverão retornar ao órgão de origem a partir de 1º de julho de 2000. Art. 10. Esta Resolução Administrativa entra em vigor a partir de sua publicação e revoga as disposições em contrário." Prossequindo, o Colegiado estabeleceu os dias de realização das sessões do Tribunal Pleno, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos e da Seção Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho, consoante os termos da seguinte **"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 688/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.^{mo} Ministro Wagner Pimenta, presentes os Ex.^{mos} Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Armando de Brito, Valdir Righetto, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Gelson de Azevedo, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra da Silva Martins Filho e o Ex.^{mo} Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. João Batista Brito Pereira, RESOLVEU, por unanimidade, estabelecer que as sessões ordinárias do Tribunal Pleno serão realizadas na primeira quinta-feira do mês; as sessões ordinárias da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, na segunda quinta-feira do mês e as sessões ordinárias da Seção Administrativa, na quarta quinta-feira do mês. As sessões extraordinárias do Tribunal Pleno serão realizadas na terceira quinta-feira do mês e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos por convocação do Ex.^{mo} Ministro Presidente." A seguir, o Colegiado elegeu os Excelentíssimos Ministros Ronaldo Lopes Leal e Rider Nogueira de Brito para compor a Seção Administrativa do Tribunal, conforme registrado na **"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 689/2000 - RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 689/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.^{mo} Ministro Wagner Pimenta, presentes os Ex.^{mos} Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vantuil Abdala, Armando de Brito, Valdir Righetto, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, João Oreste Dalazen, Carlos Alberto Reis de Paula, Gelson de Azevedo, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra da Silva Martins Filho e o Ex.^{mo} Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. João Batista Brito Pereira, RESOLVEU, por unanimidade, elegeu os Ex.^{mos} Ministros Ronaldo Lopes Leal e Rider Nogueira de Brito para compor a Seção Administrativa do Tribunal, de conformidade com o contido no art. 5º da Resolução Administrativa nº 686/2000." Às doze horas e trinta minutos, o Excelentíssimo Ministro Wagner Pimenta encerrou a sessão, agradecendo a participação de todos. Para constar, eu, Diretora-Geral de Coordenação Judiciária, lavrei esta Ata, que é assinada pelo Excelentíssimo Ministro Presidente Wagner Pimenta e por mim subscrita. Brasília, aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil.

MINISTRO WAGNER PIMENTA
Presidente do Tribunal

LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS
Diretora-Geral de Coordenação Judiciária